



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado RICARDO SALLES (PL/SP)

Apresentação: 11/06/2024 09:40:52.553 - CCJC

REQ n.36/2024

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024

(Do Sr. Ricardo Salles)

Requer, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Senhor LÉRCIO PORTELA, para prestar esclarecimentos sobre a realização de reunião diária do “gabinete da ousadia” com equipes do PT para definir assuntos e abordagens de comunicação, ataque a imprensa e a críticos do governo.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219 e 117, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Convocação do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Senhor LAERCIO PORTELA, para que apresente, aos membros da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania por competência da alínea “d”, inciso IV, Art. 32 do RICD, explicações acerca matéria publicada pelo jornal Estadão, que revela a realização de reunião diária do “Gabinete da Ousadia” com equipes do PT para definir assuntos e abordagens de comunicação que incluiriam ataques a imprensa e a críticos do governo.





JUSTIFICAÇÃO

Nesta segunda-feira, 10 de junho o Jornal Estadão, publicou matéria¹ revelando que membros da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República se reúnem diariamente com equipes do PT, com o objetivo de definir estratégias para "pautar as redes". Segundo o jornal, influenciadores pró-governo também são chamados para tratar de assuntos que interessam ao Planalto. Tal manobra foi admitida pelo secretário de Comunicação do PT, deputado Jilmar Tatto, que declarou:

“o trabalho de comunicação “para fazer disputa política com nossos adversários” é baseado em “metodologia”, “ciência”, “expertise” e que “não é de graça”.

(...)

“Às 8h da manhã tem um pedacinho do povo do PT, da delegação nacional, junto com o pessoal da Câmara, da liderança do PT, junto com o Senado, junto com a Secom do governo Lula. É feita uma chamada reunião de pauta. O que é uma reunião de pauta? O que vamos abordar hoje”, afirmou na apresentação à qual o Estadão teve acesso. “E nós produzimos conteúdo, passamos para o Brasil inteiro, vai para o site. Todos os dias, todos os dias”.

Além de ser Secretário de comunicação do PT, Tatto é também Secretário de Comunicação de uma das casas do Poder Legislativo e os fatos acima descritos comprovam que ainda sua influência na gestão da Secretaria de Comunicação da Presidência, demonstrando forte interferência no Poder Executivo e Legislativo por alguém que detém tais cargos, quebrando a confiança que temos na Separação dos Poderes, como veremos a seguir.

A Secretaria de Comunicação Social da Presidência, estaria concentrando esforços e recursos na administração de uma rede de páginas e

¹ <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/20240610> -





perfis governistas, para defender o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), atacar os críticos ao governo e desqualificar profissionais da imprensa. Tal manobra foi amplamente percebida durante a tragédia no Rio Grande do Sul, quando o PT, governo e influenciadores tentaram, com ações coordenadas, classificar como *fake news* diversas críticas e matérias da imprensa profissional. Nessa ocasião o próprio governador Eduardo Leite (PSDB-RS) foi alvo de perfis governistas, além, do humorista Whinderson Nunes (por críticas à Primeira-dama, Janja) e, obviamente, a família Bolsonaro².

A matéria do Estadão também revelou que Integrantes da Polo Digital Marketing, empresa que mantém um contrato de prestação de serviços com o PT no valor mensal de R\$ 117,7 mil, também participam da reunião. A proprietária da Agência chegou a confirmar a participação nas reuniões matinais.

Esta interação entre a SECOM do Poder Executivo, o SECOM de um Partido Político um partido político específico e SECOM da Câmara dos Deputados, no contexto descrito, **pode sugerir uma possível violação dos princípios de neutralidade e imparcialidade do aparato estatal e vindo a ferir a Separação dos Poderes.**

Além disso, a utilização de recursos públicos para fins partidários precisa ser rigorosamente examinada para assegurar que não haja abuso de poder ou desvio de finalidade, elementos que comprometem a organização adequada dos poderes estatais.

Ora, obviamente não é esse o papel da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e tal “estratégia” consiste em claro desvio de finalidade. A aparente manobra de utilizar recursos estatais e partidários para influenciar o discurso público e potencialmente suprimir críticas, levanta preocupações significativas quanto à liberdade de expressão e à liberdade de

² <https://politicalivre.com.br/2024/06/planalto-despacha-com-gabinete-da-ousadia-do-pt-para-pautar-redes-e-influenciadores-governistas/#gsc.tab=0> - Planalto despacha com 'gabinete da ousadia' do PT para pautar redes e influenciadores governistas





imprensa. Tais liberdades são direitos fundamentais protegidos pela Constituição, cuja preservação é essencial para o funcionamento democrático do Estado.

As competências da SECOM são definidas Decreto nº 11.362, de 1º de janeiro de 2023 (e atos normativos subsequentes) **e tratam justamente da promoção da liberdade de expressão e de imprensa**, combate à desinformação e ações para que a população tenha acesso à informação fidedigna, podendo assim exercer seus direitos. Mas o que se observa é que a SECOM tem se ocupado justamente do inverso, ou seja, desenvolver estratégias para manipular informação, com o objetivo específico de defender a popularidade do Presidente Lula.

A SECOM, como órgão vinculado diretamente à Presidência da República, desempenha um papel crucial na disseminação de informações e na manutenção da transparência governamental. As práticas reportadas, se confirmadas, poderiam representar um desvio dessas funções essenciais, afetando a confiança pública na gestão da comunicação governamental.

Dessa forma, acreditamos que o exposto acima se adeque às competências da comissão, em sua alínea “d”, do inciso IV, do Art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos deputados, na parte onde se diz que é sua atribuição, se pronunciar sobre: **assuntos atinentes aos direitos e garantias fundamentais (liberdades, garantias e princípios)**, à organização do Estado, **à organização dos Poderes** (conflito de interesses entre as comunicações do Poder Executivo, Legislativo e um Partido Político), e às funções essenciais da Justiça.”.

Resta claro que, sobre os fatos verificados em confronto às atribuições da Comissão, faz-se necessário o comparecimento do atual representante da pasta, LÉRCIO PORTELA à esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para prestar esclarecimentos, tendo em vista que ainda não se pronunciou sobre tal assunto, razão pela qual requeiro a CONVOCAÇÃO do





CAMARA DOS DEPUTADOS
Deputado RICARDO SALLES (PL/SP)

Ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República,
com vistas a esclarecer o os fatos acima relatados

Sala de sessões, 10 de junho de 2024.

Ricardo Salles (PL/SP)
Deputado Federal

Apresentação: 11/06/2024 09:40:52.553 - CCJC

REQ n.36/2024



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD240703545200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ricardo Salles

